

Momentum

Jornalismo & Tecnologia

O que a experiência da África do Sul pode ensinar ao Brasil neste momento? Conversamos com Michael Markovitz*, pesquisador sul-africano e uma das principais vozes nos debates sobre concorrência digital, plataformas e sustentabilidade do jornalismo no Sul Global.

* Michael Markovitz é professor do Gordon Institute of Business Science (GIBS), em Joanesburgo, e diretor-fundador do Media Leadership Think Tank (MLTT). Reconhecido como um dos principais especialistas sul-africanos em políticas de mídia e tecnologia, atua há décadas nos debates sobre plataformas digitais, concorrência e sustentabilidade do jornalismo.



Momentum: A decisão do CADE parece marcar uma mudança importante no debate brasileiro: a compreensão de que o problema não está apenas no uso de conteúdo jornalístico pelo Google, mas também na forma como as plataformas passaram a “administrar a arquitetura da intermediação informacional” e concentrar poder sobre visibilidade, atenção e monetização. A África do Sul já passou por parte desse processo, olhando em retrospectiva, quais você diria que foram as 3 lições mais importantes dessa trajetória política e institucional e o que acredita que o Brasil pode aprender com essa experiência neste momento?

Michael Markovitz: O Brasil possui um mercado de mídia significativamente maior do que o da África do Sul e pode ter muito mais poder de barganha com as plataformas, tanto do ponto de vista econômico quanto geopolítico, do que a Comissão sul-africana tinha quando conduziu o Media and Digital Platforms Market Inquiry (MDPMI). Esse contexto importa ao pensarmos em lições, porque aquilo que foi pragmático na África do Sul talvez não represente o limite do que o CADE pode alcançar. Três lições se destacam:

1. Primeiro, o desenho das medidas e o tempo de implementação são inseparáveis. A Comissão optou por um acordo negociado em vez de impor remédios que sabia que desencadeariam recursos e anos de litígio durante os quais nenhum recurso chegaria aos publishers. Justiça tardia, por meio de longos processos concorrenciais, não serve a ninguém, especialmente às redações sob pressão financeira. O maior poder de barganha do Brasil pode permitir que o CADE avance mais, mas o princípio permanece: medidas concebidas para implementação efetiva e rápida tendem a produzir resultados melhores do que soluções ambiciosas que acabam paralisadas em disputas judiciais indefinidas.
2. Segundo, essas investigações são tão fortes quanto a participação que as sustenta. Na África do Sul, a coalizão liderada pelo South African National Editors’ Forum (SANEF), formada por organizações da sociedade civil e publishers, incluindo o Media Leadership Think Tank (MLTT), moldou de maneira decisiva o enquadramento, o escopo e as conclusões da investigação. Construir alianças amplas faz diferença. Demonstramos que, quando a sociedade civil participa substantivamente de uma investigação concorrencial técnica, uma representação qualificada em direito concorrencial, regulação econômica e política de mídia pode ser determinante. Contribuições que apresentam soluções concretas na linguagem técnica adequada são aquelas capazes de mover uma autoridade concorrencial.
3. Terceiro, é preciso resolver cedo o problema dos critérios de elegibilidade e vinculá-los a mecanismos legítimos. [Na África do Sul] A Comissão condicionou o acesso às medidas financeiras à filiação aos órgãos independentes de autorregulação da África do Sul, o Press Council e a BCCSA, evitando disputas conceituais sobre quem poderia ser considerado um publisher legítimo. A arquitetura regulatória brasileira é diferente, mas o princípio permanece: encontrar desde cedo um mecanismo equivalente, ancorado em estruturas de accountability confiáveis, e evitar que disputas terminológicas atrasem medidas de apoio aos publishers

Momentum

Jornalismo & Tecnologia

Momentum: O caso brasileiro ocorre justamente em um momento em que os AI Overviews e sistemas generativos aprofundam dinâmicas de zero-click e retenção de atenção dentro das próprias plataformas e chatbots. Na África do Sul, para onde você vê essa agenda caminhando agora e quais acredita que deveriam ser os próximos passos para países como os nossos diante do crescimento dessas dinâmicas de dependência das plataformas?

Michael Markovitz: O MDPMI foi deliberadamente cauteloso em relação à compensação por IA. Quando a Comissão finalizou seu relatório, em novembro de 2025, a IA generativa e as dinâmicas de zero-click evoluíam mais rapidamente do que qualquer regulador nacional seria capaz de enfrentar com segurança, enquanto litígios e legislações internacionais relevantes ainda estavam em aberto. A Comissão impôs controles executáveis sobre conteúdo e garantiu paridade com os mecanismos de opt-out existentes na União Europeia, mas evitou estabelecer um modelo de compensação para resumos gerados por IA. Na minha visão, essa foi uma decisão consciente e proporcional ao contexto daquele momento.

O caminho da África do Sul adiante é ainda mais complexo devido ao Projeto de Lei de Reforma de Direitos Autorais, encaminhado pelo Presidente à Corte Constitucional em 2024. A suprema corte do país analisou o caso em maio de 2025 e ainda não proferiu decisão. As principais questões em aberto incluem definições de *fair use* e dispositivos sobre remuneração justa e equitativa. Na minha avaliação, qualquer resposta abrangente às dinâmicas de zero-click e AI Overviews provavelmente exigirá uma atuação coordenada entre direito concorrencial e direito autoral. Até que haja uma decisão judicial, a África do Sul continuará enfrentando uma lacuna legislativa e regulatória significativa.

O cenário internacional, no entanto, tornou-se mais claro neste ano. Em 12 de maio de 2026, a Corte de Justiça da União Europeia confirmou que os Estados-membros podem assegurar aos publishers o direito a uma remuneração justa pelo uso online de suas publicações, relacionando explicitamente essa proteção à liberdade de imprensa e ao pluralismo midiático. Essa decisão, combinada com a investigação atualmente conduzida pelo CADE, pode colocar o Brasil em posição de desenvolver um modelo de compensação para resumos gerados por IA e para o uso de conteúdo jornalístico em sistemas generativos, algo que a África do Sul ainda não conseguiu alcançar.

Momentum: Uma parte importante dos debates recentes na África do Sul ajudou a deslocar as discussões sobre plataformas de uma perspectiva puramente técnica para questões mais amplas relacionadas à democracia, aos danos econômicos e à redistribuição de poder. Pensando em países como Brasil e África do Sul, como seria uma agenda verdadeiramente transformadora para o jornalismo no contexto da concorrência digital e da inteligência artificial?

Michael Markovitz: Na minha visão, existem vários elementos centrais para uma agenda verdadeiramente transformadora para o jornalismo. No centro dela está o reconhecimento do jornalismo como um bem público, não apenas no discurso político, mas também na legislação e, sempre que possível, em marcos constitucionais. Não se trata de preservar jornais por si mesmos, mas de reconhecer a relação direta entre um jornalismo sustentável e responsável e a saúde da democracia. As plataformas construíram sistemas de IA extremamente valiosos treinados, em grande medida, a partir de conteúdo confiável, checado, investigado e produzido profissionalmente. Se esse conteúdo desaparecer porque o modelo econômico que o sustenta entra em colapso, o ecossistema informacional não se tornará apenas mais tóxico — a própria democracia será colocada em risco.

Momentum

Jornalismo & Tecnologia

Uma agenda transformadora também precisa enfrentar a questão da compensação justa e da redistribuição do valor que as plataformas extraem do jornalismo. Dois marcos jurídicos são fundamentais, embora operem de maneiras distintas. O direito concorrencial pode enfrentar desequilíbrios estruturais e abusos de poder econômico, embora o MDPMI tenha demonstrado os limites do que ele consegue alcançar sozinho. Já o direito autoral oferece uma base mais consolidada para garantir remuneração contínua e justa pelo uso de conteúdo. Embora o jornalismo ainda esteja excluído do nível da OMPI (WIPO), o precedente europeu recente demonstrou que estruturas de direitos autorais podem oferecer proteções que o direito concorrencial, isoladamente, talvez não consiga assegurar. Ambos são necessários.

O elemento mais subestimado é o poder coletivo. Processos nacionais isolados, por mais bem desenhados que sejam, não são suficientes diante de plataformas dessa escala. A CTRL+J Alliance, que reúne o Media Leadership Think Tank, na África do Sul, a Momentum Journalism and Tech Task Force, no Brasil, e a AMSI, na Indonésia, surgiu a partir de conferências tricontinentais entre América Latina, África e Ásia-Pacífico. Ela representa exatamente o tipo de coalizão do Sul Global capaz de compartilhar evidências, alinhar marcos analíticos e construir a solidariedade necessária para alterar os termos de negociação com plataformas e organismos multilaterais.